

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA RECENTE DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: A ACTIVIDADE DA COMISSÃO INSTALADORA DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (DEZ. DE 1995 - SET. DE 1996)

por

Vítor Oliveira Jorge* & Luiz Oosterbeek**

1. INTRODUÇÃO

É óbvio que qualquer profissional deve, em termos de imperativo ético e cívico, intervir publicamente na defesa da sua esfera de trabalho. No caso particular da Arqueologia, essa defesa far-se-á sobretudo nos planos da valorização desta actividade técnico-científica, onde quer que ela se exerça, contribuindo para o enriquecimento do património cultural do país, e de disseminação, entre a população, dos conhecimentos da Arqueologia e do seu contributo para a melhoria do nível cultural geral.

Essas actividades dos arqueólogos são, por vezes, divulgadas por alguma imprensa de uma forma menos adequada, porque regida por uma lógica muito própria, de todos conhecida¹, e deficientemente difundidas na comunidade académico-científica, onde, por efeito da especialização, nem sempre os contactos

* Prof. da Faculdade de Letras da Univ. do Porto. Presidiu à C.I. do I.P.A. No texto, aparece referenciado pela abreviatura: VOJ.

** Prof. do Instituto Politécnico de Tomar. Foi vogal da C.I. do I.P.A. No texto, aparece referenciado pela sigla: LO.

Durante os primeiros quatro meses (Dez. 1995-Março 1996) da vigência da C.I., esta foi ainda integrada pelo Dr. António Carlos Silva, arqueólogo da Direcção Regional de Évora do IPPAR, a quem os autores desejam manifestar o seu reconhecimento pela excelente colaboração prestada.

A nomeação dos dois vogais da C.I. foi feita pelo despacho do Ministro da Cultura nº 38/95, de 24.11.95.

¹ V. o notável texto de Eduardo Prado Coelho, "Elementos para uma crítica da razão jornalística", jornal *Público*, supl. "Leituras", de 21.10.1995.

ANEXO

Breve cronologia das actividades da Comissão Instaladora

A enunciação esquemática das actividades efectuadas, a partir de Janeiro de 1996, torna-se mais fácil se exposta por ordem cronológica, sem deixarmos de, num segundo momento, nos referir a outras acções que se enquadram mais dificilmente nessa sequência. Vejamos, pois, o que de mais significativo foi feito, entre Janeiro e Setembro de 1996:

JANEIRO

Iniciou funções o responsável pelo projecto do Parque Arqueológico do Vale do Côa (ZJ), que elaborou um memorando sobre o assunto.

Colaboração no lançamento, na Casa de Serralves (Porto) do livro “Dossier Côa” (publicado pela SPAE), com a presença do Ministro da Cultura e dos Secretários de Estado da Energia e do Desenvolvimento Regional.

Participação de VOJ e JZ no Grupo de Trabalho interministerial que preparou o PDIVC (ProCôa). Reuniões com a administração da EDP e com numerosos técnicos relacionados com o assunto Côa.

FEVEREIRO

Realização, em Vila Real, de parceria com o Instituto do Vinho do Porto, de um Colóquio sobre o património do rio Côa como factor de desenvolvimento regional.

Enviado aos arqueólogos um documento-síntese sobre as grandes linhas do futuro IPA. Entregue a S. Exa. o Ministro da Cultura da proposta de Lei Orgânica do IPA, bem como um memorando sobre o pessoal necessário ao seu funcionamento.

Elaborado um dossier, pela arqueóloga Dr.^a Mila Simões de Abreu (colaboração voluntária prestada à C.I.), com indexação de todos os artigos, em jornais ou publicações científicas, já vindos a lume sobre a problemática do Côa.

MARÇO

Início do curso de guias-intérpretes em V^a. N^a. de Foz Côa. Prosseguiram trabalhos de investigação em todo o vale e prestou-se assistência aos visitantes.

Foram difundidos, pela Presidência do IPPAR e pela da C.I. do IPA, na comunidade arqueológica, documentos relativos à execução prevista do PIDDAC 96, bem como outros documentos informativos.

Reuniu-se em Lisboa a Rede Europeia de Arqueologia, coordenada por LO, vogal da C.I. do IPA; os seus elementos visitaram de seguida o Côa.

Na sequência da reunião anterior, o coordenador da REA (LO) organizou um dossier de candidatura do Côa, entre outros grandes sítios europeus, para a Comissão de Educação de Bruxelas, no sentido de conseguir meios que contribuam para o conhecimento científico daquele vale.

O Presidente da C.I. do IPA deslocou-se a Paris para realizar contactos com a Unesco, a Subdirecção Geral de Arqueologia da França e com o organismo dos MNE francês responsável pelas acções arqueológicas no estrangeiro. Pronunciou, de colaboração com Susana O. Jorge, da FLUP, uma conferência sobre o Côa, no Museu do Homem.

ABRIL

O director indigitado do PAVC deslocou-se aos Estados Unidos para pronunciar diversas conferências sobre o vale do Côa e conseguir colaboração internacional.

Foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (DR de 16.4.96). A primeira intervenção estruturante desse Programa é a criação de um Parque Arqueológico do Vale do Côa, dotado de um museu e centro de investigação, que permita salvar, valorizar e usufruir deste património único. Para a criação e funcionamento desse parque será elaborado um Plano Especial de Ordenamento do Território e definida uma estrutura institucional que deverá assegurar as acções convenientes.

Abriu o concurso para edições do IPPAR/IPA em 1996.

LO, vogal da C.I. do IPA, deslocou-se a Bruxelas, onde contactou com responsáveis pelo Programa Rafael.

Reunião de trabalho da C.I. e de vários arqueólogos com associações ambientalistas (Quercus, GEOTA, Liga para a Protecção da Natureza) (c. de 20 pessoas presentes).

MAIO

Publicada no DR (7.5.1996) a Lei Orgânica do Ministério da Cultura. Este decreto-Lei (nº 42/96) atribui ao futuro IPA as seguintes competências:

“a) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação dos bens móveis e imóveis, que constituem o património arqueológico nacional, incluindo os que se situem ou tenham origem nas águas interiores ou territoriais;

“b) Gerir os bens arqueológicos móveis e imóveis, propriedade do estado, que lhe sejam afectos;

“c) Promover a articulação transversal entre todas as entidades, públicas ou privadas, com intervenção directa ou indirecta no domínio do património arqueológico, por forma a otimizar a gestão dos recursos arqueológicos nacionais, na perspectiva da sua valorização.”

Envio aos arqueólogos da proposta de regulamento de projectos de trabalho plurianuais (exclui emergências, arqueologia de prevenção, iniciativas do IPA, que se regerão por outras regras), para 1997-99.

Envio aos arqueólogos do projecto de regulamento de edições a partir de 1997: edições do próprio IPA.; co-edições; subsídios a edições de outras entidades.

O Côa foi visitado pelo primeiro Chefe de estado estrangeiro, o Príncipe de Liechtenstein, acompanhado de uma comitiva de especialistas; LO e JZ coordenaram, no terreno, a mesma visita.

FA, cujo processo de destacamento do MNA se iniciou, começou a colaborar regularmente com a C.I. no domínio da Arqueologia subaquática.

Reunião de trabalho de VOJ e JZ com o Sr. Dr. Júlio Meirinhos, coordenador do Procôa.

JUNHO

Entrega ao Ministro da Cultura do plano de actividades do IPA para 1996, bem como de uma proposta de execução orçamental para este mesmo ano.

Início das reuniões do Comissariado do Pavilhão de Portugal da Expo 98 (de que fez parte VOJ, por nomeação de S. Exa. o Ministro da Cultura)⁵, de grande importância para a renovação da Arqueologia subaquática portuguesa, uma das tarefas prioritárias, como vimos, da C.I.

⁵ Nomeado por despacho do Ministro da Cultura nº 41/96, de 12.4.96. A pedido do próprio, devido a excesso de trabalho na sua Faculdade e no Norte do país, VOJ foi dispensado destas funções por S. Exa. o Ministro da Cultura, por despacho de 7.10.96.

Participação no Colóquio “100 Anos de Arqueologia”, em Vila do Conde/Barcelos. VOJ representou S. Exa. o Ministro da Cultura na sessão de encerramento.

Entrega ao Ministro da Cultura de documentação contendo os projectos de Orçamento e PIDDAC do IPA para 1997, elaborado na sequência de consultas à comunidade arqueológica.

JULHO

Reunião com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Juventude, com vista ao acerto de colaborações futuras entre o IPA e a SEJ.

Primeiras sessões de trabalho com um jurista disponibilizado pelo IPPAR para apuramento de questões técnicas da Lei Orgânica do IPA.

Deslocação de trabalho a Óbidos para discussão das acções a empreender na cidade romana ali em curso de escavação; reunião com o Presidente da Câmara, proprietários do terreno e arqueólogo responsável.

Presença do Presidente da C.I. na inauguração do museu da Casa Grande de Freixo de Numão (V.^a N.^a de Foz Côa), com participação de diversas autoridades locais.

Reunião de trabalho com o Prof. Doutor Bairrão Oleiro, especialista de arqueologia romana e um dos principais conhecedores da legislação portuguesa sobre património. Proposta a S. Exa. o Ministro da Cultura de constituição de uma comissão de trabalho para fazer o balanço da arqueologia portuguesa, sob o ponto de vista do seu enquadramento jurídico-administrativo nas últimas décadas.

Participação de VOJ na reunião mensal do Comissariado do Pavilhão de Portugal da Expo 98.

Reunião com elemento do gabinete jurídico do Ministro da Cultura para apuramento de aspectos técnicos da Lei Orgânica do IPA.

Reunião com um dirigente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a quem se entregou um questionário destinado a ser enviado aos municípios, para servir de base a um balanço sobre a situação da Arqueologia ao nível das autarquias.

Reunião de VOJ com responsáveis da UTAD, incluindo o Reitor, e apresentação de uma conferência sobre o vale do Côa.

Participação de VOJ e de JZ num debate sobre o PDIVC, em Foz Côa, organizado pelas associações APRIL e VALCÔA.

Reuniões de trabalho de VOJ com o Presidente da “Casa Europeia da Cultura” (Genève) e acerto de um programa de colaboração futura para o vale do Côa. Visita em comum a núcleos de gravuras.

Instalação, por uma equipa dirigida por FA, das infra-estruturas necessárias à operação de arqueologia subaquática de S. Julião da Barra, no armazém das antigas OGME (Belém).

AGOSTO

Enviado a S. Exa. o Ministro da Cultura e à DGESGO (organismo competente do Ministério) o projecto detalhado de Orçamento para 1997 (PIDDAC e Orç.º de Funcionam.º).

Conferência de imprensa, de colaboração com FA, para apresentar o Dr. Eric Rieth, do CNRS, e os recentes achados da arqueologia subaquática portuguesa, alguns deles expostos no armazém acima referido.

Reunião de trabalho com a Arq.ª M.ª Teresa Andresen, Presidente do Instituto de Conservação da Natureza.

Participação de VOJ na inauguração das instalações da sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em V.ª N.ª de Foz Côa, e do Centro de Acolhimento de Castelo Melhor, com a presença de vários Ministros (Cultura, Planeamento, Ambiente), Secretários de Estado, e do director indigitado do Parque. Editada uma brochura de divulgação sobre a arte do Côa, e aberto o Centro de Acolhimento de Castelo Melhor.

Entrevista de VOJ ao DN contrariando especulações da imprensa sobre a C.I. do IPA e sobre o PAVC, e apelando à unidade dos arqueólogos em torno de um projecto de reforma da Arqueologia longamente trabalhado em comum.

Reajustamento das propostas de Orçamento e de PIDDAC para 1997 e sua comunicação à comunidade arqueológica.

JZ redigiu um documento crítico em relação ao projecto de Lei Orgânica da C.I. do IPA, o qual motivou dois outros documentos de reflexão dos elementos da C.I., todos difundidos entre os representantes da comunidade arqueológica.

Reunião de trabalho em Foz Côa com arqueólogos estrangeiros trabalhando sobre as gravuras do Côa, e com o coordenador do Procôa.

SETEMBRO

Início da distribuição pelos 305 municípios portugueses do inquérito da ANMP, acima mencionado.

Reunião com S. Exa. o Ministro da Cultura e com a direcção do IPPAR.

Nova reunião do Comissariado do Pavilhão de Portugal da Expo 98.

Participação de LO e de JZ no congresso internacional da UISPP em Forli (Itália). LO aborda o PAVC numa das sessões de trabalho do Congresso, que

emite uma nota de congratulação pela decisão do governo português.

Audiência do Secretário de Estado do Ensino Superior à C.I.

Reunião da C.I. com as direcções das associações representativas dos arqueólogos portugueses.

Extinção (despacho nº 90/96, de 10 de Setembro) da C.I. do IPA por S. Exa. o Ministro da Cultura, que nesse despacho considera que “neste momento, os objectivos daquela Comissão Instaladora se encontram plenamente alcançados”. Em comunicado publicado na imprensa⁶, o Gabinete do Ministro afirma:

“O Ministro da Cultura deu por terminados os trabalhos da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia, uma vez que já foram produzidos e entregues os documentos orientadores de uma nova política para a arqueologia.

“Até à aprovação da Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia, e à nomeação dos seus responsáveis, a condução da política do sector será assegurada — como sempre tem acontecido — pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, sob directa orientação do Ministro da Cultura.

“Nesta ocasião, o Ministro da Cultura sublinha o grande apreço pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Instaladora do IPA, e muito especialmente pelo Prof. Vítor Oliveira Jorge, pela documentação produzida e pelas perspectivas por ela aberta.

“Dá-se assim continuidade à decisão de autonomização do sector da arqueologia no âmbito da política patrimonial, garantindo-se que a criação do IPA se traduzirá na institucionalização de uma estrutura inovadora, eficaz e flexível, capaz de conduzir uma nova política arqueológica e de a desenvolver em todo o território nacional.”

Realização de uma reunião de trabalho em Freixo de Numão (V.ª N.ª de Foz Côa).

Participação de VOJ (como secretário geral para Portugal, como comunicante e como co-presidente de mesas de sessões) no 2º Congresso de Arqueologia Peninsular, em Zamora. Este congresso contou com a C.I. do IPA entre as entidades organizadoras. Os congressistas visitam os complexos rupestres paleolíticos de Siega Verde (Águeda) e do vale do Côa. A Comissão Científica deste Congresso decidiu realizar o próximo em Setembro de 1999, em Portugal, na UTAD (Vila Real).

OUTRAS ACÇÕES

Desde o início do seu trabalho a C.I. do IPA deslocou-se às direcções regionais do IPPAR do Norte, Centro e Alentejo, para prolongadas reuniões com os

⁶ V., por ex., *Jornal de Notícias*, página de Cultura, de 12.9.96.

respectivos arqueólogos; reuniu-se também, em várias ocasiões, com os arqueólogos que trabalham do Departamento de Arqueologia do IPPAR.

Também desde o início das suas funções, a mesma Comissão recebeu, em certos casos por mais de uma vez, representantes da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Associação Profissional de Arqueólogos, da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia do CRUP, da Arqueonáutica, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, e da Associação Portuguesa dos Professores de História, bem como os directores dos três principais Museus de Arqueologia do país (Museu Nacional, Museu de Conímbriga e Museu D. Diogo de Sousa), etc.

Foram ouvidos todos os arqueólogos a título individual que o solicitaram, nomeadamente especialistas de Arqueometria, Museologia arqueológica, Arqueologia industrial, Arqueologia subaquática, Arqueologia urbana, etc.

Foram recebidos pela C.I. os directores do Instituto Franco-Português e do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, bem como o director do Património Histórico da Finlândia. A C.I. teve também uma entrevista com o Director do Instituto Italiano em Portugal, com o fim de lançar as bases de uma futura colaboração.

Realizaram-se, ao longo destes 9 meses de actividade, diversas reuniões de trabalho com a Presidência do IPPAR e, também, com a direcção do IPM.

Prepararam-se acções no âmbito da Arqueologia subaquática, nomeadamente em relação ao Pavilhão de Portugal na Expo 98, com o apoio de FA e do seu colaborador Eng.º Luís Filipe Vieira de Castro, tendo-se, desde cedo, desencadeado o processo de destacamento/contratação destes dois especialistas de Arqueologia Subaquática.

Realizaram-se entrevistas com os Ministros da Ciência e Tecnologia e do Planeamento, por forma a lançar as bases de um futuro trabalho interdisciplinar e de um modo de actuação transversal em Arqueologia.

Foram estabelecidos contactos com a JNICT, a Fundação da Juventude, a Junta Autónoma das Estradas, organismos do Turismo, etc.

O vale do Côa foi considerado pelo World Monuments Watch Fund (EUA) como um dos cem mais importantes monumentos ameaçados do mundo, na sequência de um “dossier” apresentado pela C.I. do IPA. Também foram feitos contactos com o Paul Getty Conservation Institute e outras organizações internacionais especializadas.

Decorreu em Lisboa, de Abril a Junho, um ciclo de conferências sobre arte paleolítica, organizado pela C.I. do IPA e pelo Instituto Franco-Português, no Centenário do abade Henry Breuil.

Foram feitos contactos com dezenas de jornalistas nacionais e estrangeiros, para os esclarecer, e informar o público sobre os objectivos do IPA e do PAVC, incluindo intervenções nos jornais, rádio e TV.

Os membros da C.I. participaram, sempre que convidados, em mesas-redondas, colóquios, reuniões, com todo o tipo de entidades interessadas em Arqueologia e por todo o país. São de destacar conferências dadas sobre o património do vale do Côa em Coimbra, Vila Real, Porto, Águeda, Viseu.

entre colegas de disciplinas diferentes são suficientemente regulares para permitirem obter uma justa visão de conjunto.

A Arqueologia é muitas vezes mediatizada, nos jornais, revistas ou televisão, através dos seus aspectos mais sensacionalistas, dando a impressão de que se trata de uma prática empírica regida por uma lógica de descobertas fortuitas, mais ou menos espectaculares, das quais todo o seu progresso estaria dependente.

Ao mesmo tempo, os profissionais da Arqueologia são por vezes expostos, por alguns desses órgãos de comunicação social, como protagonistas de situações de conflitualidade, real ou imaginária, mas tendente a dar a ideia de que tudo o que procuram é chegar à ribalta da fama através dos seus resultados, descobertas, ou tomadas de posição individuais, muitas vezes em detrimento de outros profissionais. Essa forma de tratamento é atentatória da dignidade da imagem da Arqueologia perante o grande público, e, também, do crescimento desta esfera de actividade como ciência, como domínio da cultura, e como prática de valorização de um património cultural que é pertença colectiva.

Interessa, pois, por todos os meios ao nosso alcance, corrigir essa tendência perversa da nossa “sociedade do espectáculo”, e mostrar que aquilo que se tem procurado fazer em Portugal, no domínio da Arqueologia, mais não é do que percorrer um caminho já trilhado por muitos outros países, tendente a fazer do património cultural um bem partilhado por todos os cidadãos. A Arqueologia é um domínio do saber e um serviço público, que conta em Portugal com profissionais muito qualificados. Simplesmente, precisa ainda de vencer a batalha da sua implementação na cultura e na vivência gerais. Os seus protagonistas mais significativos e com capacidade de comunicação têm, aqui, um dever cívico a cumprir: o de contribuir para que os objectivos e a prática da Arqueologia sejam entendidos, e respeitados, na sua real dimensão, pelo maior número de pessoas possível. Esse percurso foi já feito por outros grupos de profissionais, como os arquitectos ou os historiadores. A “vez dos arqueólogos” há-de chegar também.

Nos inícios de Novembro de 1994, ocorreu em Portugal mais um caso mediático (embora nunca esclarecido publicamente, em todos os seus complexos meandros, de forma exaustiva), que catapultou diversos arqueólogos para as primeiras páginas dos jornais. Em muitos casos, a contra-gosto da atitude de comedimento que é normalmente a própria do investigador. Trata-se, como é óbvio, do “caso Côa”², em que, como é sabido, estava em causa a descoberta de um importante conjunto de gravuras paleolíticas (e outras) no rio Côa (afluente da margem esquerda do Douro), e sua subsequente submersão pela barragem de Foz

² V., sobre o assunto, Vítor O. Jorge (coord.), *Dossier Côa*, Porto, SPAE, 1995. Trata-se de uma separata, com c. de 600 págs. e uma tiragem especial de 750 exemplares, do vol. VIII das *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, SPAE, 1995).

Côa, desde há muito planeada, e já então em curso de execução.

Não é propósito deste texto abordar, em especial, essa questão, que já faz parte da história da Arqueologia — não só portuguesa, mas mundial — do séc. XX, e que, seguramente, será no futuro objecto de muitos livros, que hão-de ser, por certo, esclarecedores quanto à situação em que se encontravam, então, as estruturais estatais responsáveis pelo acautelamento do património arqueológico português. Um necessário recuo histórico, e a ponderação de numerosas fontes, hão-de, um dia, sem polémicas fáceis, permitir traçar essa história, a muitos títulos ilustrativa.

O que importa referir é que, nesse contexto de intervenção cultural e cívica, também os signatários procuraram, como diversos outros colegas, dar o seu contributo específico para a resolução do problema. Esse contributo materializou-se, no seu caso, no convite a especialistas estrangeiros de arte paleolítica (por um lado) e de gestão de um património arqueológico de grande escala (por outro) para visitarem o Côa e para manifestarem a sua opinião científica sobre o assunto, em ambiente de debate sereno. Realmente, sobre ambas as questões não havia, nem há, tradição de trabalho em Portugal. Ao mesmo tempo, procuraram, através de artigos de opinião, e de reflexões preliminares em revistas de divulgação arqueológica ou outras, esclarecer a opinião pública sobre a importância mundial do que estava em causa no rio Côa.

Tornou-se evidente que as estruturas estatais de coordenação da nossa Arqueologia estavam desajustadas das necessidades do tempo presente, e que a sua reforma se impunha, por forma a evitar a repetição de novos “Côas”. Aquele desajustamento era, aliás, apenas parte de um problema mais geral, sentido por muitas pessoas preocupadas com o estado da Cultura e, em particular, do património, no Portugal dos meados dos anos 90.

Um artigo publicado na imprensa por um de nós (V.O.J.), em Julho de 1995³, motivou um contacto que lhe foi feito por um dos responsáveis de uma equipa que preparava as grandes linhas da reforma da Cultura ao nível do Estado, numa perspectiva de alternativa à situação então vigente. Esse contacto ia no sentido de preparar um trabalho que contivesse os principais objectivos de uma nova política arqueológica nacional, e bem assim da estrutura encarregada de atingir esses desígnios, que desde então se convencionou chamar Instituto Português de Arqueologia. Esse trabalho foi realizado e apresentado àquele responsável ainda no verão desse ano.

Ao mesmo tempo, esboçava-se a alternativa credível para a protecção e valorização do património rupestre do rio Côa, ou seja, as grandes linhas de um

³ Esse texto, intitulado “Sobre o (precário) estado da Arqueologia em Portugal: breve depoimento”, foi inserto no *Dossier Côa*, Porto, SPAE, 1995, pp. 411-413.

Parque Arqueológico a instalar na área. Na definição dessas grandes linhas intervieram os signatários, mas também muitos outros especialistas portugueses e estrangeiros, tendo tido nesse campo papel importante, a nível nacional, a Associação Portuguesa de Arte Rupestre (IFRAO), a Associação Profissional de Arqueólogos, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e a Associação dos Arqueólogos Portugueses. Estas duas últimas entidades prepararam mesmo, em colaboração, durante o verão de 1995, um “dossier” sobre a antiguidade e importância das gravuras do Côa. O movimento social em prol da salvaguarda desse património transcendeu porém, e em muito, o ambiente académico, transformando-se num caso de repercussão sem precedentes.

O Governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 recriou o Ministério da Cultura, decidiu independentizar a Arqueologia no seu seio, e implementar o Instituto Português de Arqueologia para tutelar esta actividade ao nível do Estado, o que teve uma larga aceitação pública. Ulteriormente (e após lhe ter sido entregue aquele “dossier”), suspendeu as obras da barragem de Foz Côa (decisão nº 4 do Conselho de Ministros!) e adoptou, como alternativa à mesma, a criação de um Plano de Desenvolvimento Integrado para a área, do qual é elemento nuclear um Parque Arqueológico. Viveu-se, então, um momento histórico de grande esperança para a nossa Arqueologia. A nível internacional, Portugal saíu altamente prestigiado deste processo.

No dia 17 de Novembro de 1995 o novo Ministro da Cultura, Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho, anunciou em Vila Nova de Foz Côa a constituição de uma Comissão destinada a implementar o IPA, presidida por um dos signatários (V.O.J.). A este último solicitou a escolha dos outros dois elementos, que, de acordo com a sua decisão, deveriam ser também arqueólogos.

Apesar do regosijo geral, a criação de um Instituto Português de Arqueologia como tutela do Ministério da Cultura poderia parecer, a alguns observadores, desajustada. Pensando, por ex., no caso francês, a Arqueologia é aí uma Sub-direcção Geral, integrada na Direcção do Património do Ministério da Cultura. Alguns argumentavam que a reforma dos serviços da Arqueologia no seio do IPPAR (ou do organismo que lhe sucedesse) asseguraria melhor uma gestão integrada do património, aproveitando a experiência daquele organismo nos licenciamentos de obras, embargos, classificações, etc.

Outros entendiam que essas eram, apenas, manifestações da tradicional resistência à mudança por parte da administração pública, e que a “visibilização” da Arqueologia conseguida pelo IPA seria uma forma de compensação da sua secundaridade já antiga em relação a outras formas e esferas do património. E que, evidentemente, no futuro, conseguido o equilíbrio (a que a Arqueologia não só tinha direito, mas que era — como provara o “caso Côa” — uma exigência nacional), e vencida uma etapa de afirmação já conseguida noutros países, a

Arqueologia poderia voltar a ser integrada num organismo amplo, mas dinâmico, coordenador das acções do Estado ao nível do património. A história destes problemas em Portugal tem uma especificidade que não permite a transposição mecânica da situação de outros países mais experientes no assunto. Mas, a criar-se o IPA, este teria de ter um mínimo de consistência e de operacionalidade, promovendo a articulação das políticas arqueológicas nacionais, herdando as competências do IPPAR na matéria, e regionalizando de novo os serviços como condição indispensável para fazer face a um património disperso por todo o território.

2. A ACTIVIDADE DA COMISSÃO

Foi assim que, entre Dezembro de 1995 e Setembro de 1996 funcionou, no âmbito do Ministério da Cultura, a Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia.

O presente texto visa apenas fazer um primeiro balanço, muito sucinto, das suas actividades, iniciadas a 5 de Dezembro de 1995.

No despacho ministerial (26/95, de 16 de Novembro) que criou a C.I. do IPA (DR de 4.12.95, IIª série. p. 14425) foram-lhe atribuídas as seguintes competências:

- “a) Estudar e propor as principais linhas da orientação da política arqueológica nacional;
- b) Estudar e propor um projecto de estrutura orgânica do futuro Instituto Português de Arqueologia;
- c) Exercer outras funções que lhe sejam atribuídas pelo Ministro da Cultura.”

Para além do ponto b), que nos levou de imediato a trabalhar na proposta de Lei Orgânica do IPA, considerámos existirem duas grandes prioridades na Arqueologia portuguesa: a questão do património arqueológico do vale do Côa e a arqueologia subaquática⁴.

Em Maio de 1996 foi publicada a Lei Orgânica do Ministério da Cultura. Este decreto-Lei (nº 42/96) atribui ao futuro IPA as seguintes competências:

- “a) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do in-

⁴ Tendo sido sentida pela C.I., desde cedo, a necessidade de colaboração de outros arqueólogos, nos dois domínios apontados, foram indicados para o efeito, respectivamente, o Doutor João Zilhão, professor da Universidade de Lisboa (projecto do Parque Arqueológico do Vale do Côa), e o Dr. Francisco Alves, então director do Museu Nacional de Arqueologia (projecto do Centro Nacional de Arqueologia Subaquática). Estes arqueólogos aparecem abreviadamente referidos no texto, pelas siglas: JZ e FA. Os efectivos humanos da C.I. integraram ainda uma jovem licenciada (Dr.ª Ana Sofia Peixoto) e duas secretárias.

ventário, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação dos bens móveis e imóveis, que constituem o património arqueológico nacional, incluindo os que se situem ou tenham origem nas águas interiores ou territoriais;

“b) Gerir os bens arqueológicos móveis e imóveis, propriedade do estado, que lhe sejam afectos;

“c) Promover a articulação transversal entre todas as entidades, públicas ou privadas, com intervenção directa ou indirecta no domínio do património arqueológico, por forma a otimizar a gestão dos recursos arqueológicos nacionais, na perspectiva da sua valorização.”

Dando cumprimento às orientações superiores, as actividades da C.I. do IPA decorreram desta perspectiva, desdobrando-se nas seguintes vertentes:

I. Preparação, em estreito diálogo com os interessados, de um pacote legislativo visando rever o enquadramento da Arqueologia nacional, integrando a Lei Orgânica do IPA, um decreto-lei sobre Trabalhos Arqueológicos (terrestres e sub-aquáticos), um regulamento de trabalhos arqueológicos pluri-anuais, e programas de estímulo à institucionalização da actividade arqueológica (estímulo aos jovens arqueólogos e apoio às associações e sociedades de arqueologia);

II. Implementação, no seu domínio específico, da resolução do Conselho de Ministros sobre o vale do Côa, participando no Grupo de Trabalho interministerial que preparou o PDIVC (ProCôa), elaborando o processo de classificação pelo *World Monuments Fund* e a memória para a integração na lista indicativa para a classificação pela UNESCO, organizando reuniões, colóquios e visitas de especialistas estrangeiros (com destaque para o Colóquio sobre o património do rio Côa como factor de desenvolvimento regional realizado em Vila Real, para a reunião da Rede Europeia de Arqueologia e para a visita do Príncipe do Liechtenstein), promovendo candidaturas a fundos comunitários e apoiando as iniciativas do responsável pelo projecto do Parque Arqueológico do Vale do Côa (JZ);

III. Lançamento das infraestruturas do Centro Nacional de Arqueologia Subaquática e definição dos seus principais projectos, incluindo nestes o apoio ao Pavilhão de Portugal na Expo-98 (conforme decisão superior, e de cujo comissariado VOJ fez parte, por nomeação de S. Exa o Ministro da Cultura);

IV. Apoio à programação da gestão de transição da política arqueológica do IPPAR (que pela primeira vez foi discutida de forma pública e transparente, tendo sido lançado um concurso para apoio a publicações — sinal de uma nova política) e planificação dos investimentos propostos para 1997 (ouvindo todos os agentes arqueológicos nacionais, e baseados num princípio de co-financiamento e da articulação em rede dos recursos arqueológicos do país);

V. Início da constituição de uma rede de articulações transversais com par-

ceiros já existentes ou potenciais, com destaque para as Associações representativas dos Arqueólogos (APA, CIUA, AAP, Arqueonáutica e AAI), a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Secretaria de Estado da Juventude.

3. A COMISSÃO INSTALADORA E A SUA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA

Como vimos, os signatários tiveram a oportunidade de, ao longo de 10 meses de trabalho, se consagrar em exclusivo a estudar e debater detalhadamente a história, o papel e a função actual e futura da Arqueologia no nosso país, em aprofundado diálogo com os seus intervenientes em todo o território nacional. Uma tão importante oportunidade não foi, cremos, desperdiçada⁷. Juntando as suas diversificadas experiências, os três elementos da Comissão Instaladora acabaram por criar entre si uma visão consensual, que depois lhes serviu de base para o constante diálogo que entretiveram com a comunidade arqueológica e com diversas outras entidades que intervêm nesta esfera de actividade. Procuraram não se perturbar por notícias mais ou menos especulativas que, de quando em vez, surgiam nos jornais (inevitáveis na sequência da já referida mediatização da Arqueologia provocada pelo “caso Côa”); aliás, tanto a imprensa como a maioria dos arqueólogos teve uma atitude muito receptiva em relação à criação e à actividade da Comissão. Sem escamotear as naturais diferenças de opinião que existiam entre os seus parceiros de diálogo, os elementos da C.I. tentaram sempre endogeneizar essas diferenças e fazer delas elementos propulsores de um debate sério sobre o futuro da Arqueologia portuguesa. Não lhes compete, naturalmente, emitir um juízo sobre o seu próprio labor. O futuro dirá quais serão os verdadeiros frutos do mesmo. Porém, é indubitável e amplamente reconhecido que da actividade da C.I. resultou um “núcleo duro” de ideias e de metas a atingir que não deixarão de ser tomadas em conta, como base de trabalho, pelos actuais e futuros decisores no âmbito da Arqueologia portuguesa.

A concretização de um melhor futuro para a nossa Arqueologia não depende apenas de meios materiais que, naturalmente, sempre terão de existir e de ir crescendo. Parte sobretudo da definição de uma estratégia, estratégia que já aparecia consignada, nas suas linhas gerais, no artigo de VOJ divulgado no *Público* em Julho de 1995, atrás referido, e num outro, publicado no dia 5.12.95⁸. Um

⁷ O seu aproveitamento óptimo teria sido conseguido se a C.I. tivesse disposto da assistência permanente, e desde a primeira hora, de um jurista e, na medida do possível, de um especialista de administração e gestão. Uma mais constante e esclarecedora articulação de ideias a nível transversal (nomeadamente com a direcção do IPPAR) e vertical (com a própria tutela, no sentido ascendente, e com o coordenador do projecto do PAVC, no sentido descendente) teria sido, também, desejável.

⁸ “Cultura, Arqueologia, e algo mais: um desafio para uma política transversal”, *Público*, 5.12.95. Este texto foi também reproduzido no já citado *Dossier Côa*, pp. 501-504.

terceiro artigo do mesmo autor, que assinala o fim do ciclo dos trabalhos da C.I., apareceu nas páginas do mesmo diário em 16 de Agosto de 1996⁹.

Para nós, “património arqueológico” tem um sentido amplo. Ele é todo o conjunto de “materialidades” de origem (directa ou indirectamente) humana — objectos, estruturas, sítios, paisagens — herdadas de um passado longínquo ou próximo (desde os “inícios” da humanidade até à época contemporânea) e cuja significação (funcional e semiológica) no todo ou em parte se perdeu, sendo apenas “recuperável” por uma metodologia própria, sedimentada desde o séc. XIX e em permanente alargamento. Essa metodologia não implica obrigatoriamente a escavação, embora esta última seja um elemento em muitos casos decisivo da intervenção arqueológica.

O “património arqueológico” não é um “vestígio”, uma entidade residual, mas uma criação contemporânea, produto das sociedades industriais, na sua vocação totalizadora, de entendimento e integração de toda a realidade circundante, na sua preocupação de ordenar e de dar sentido ao conjunto do território.

O património arqueológico é um elemento fundamental de caracterização das paisagens, da memória colectiva, da educação e da cultura entendida como uma envolvente, em suma, da qualidade do ambiente e da vida dos cidadãos.

Por definição, o património arqueológico, tanto terrestre como subaquático, não é uma entidade à partida “quantificável” e “delimitável” ou, se quisermos, provida de contornos definíveis de uma vez por todas. Está espalhado por todo o território — o que o torna difícil de acautelar — e em permanente multiplicação. Essas características, que distinguem tipicamente os “bens arqueológicos” (num sentido mais estrito do que o mencionado atrás) de outros “lugares da memória” (Arquivos, Museus, Bibliotecas, e grandes edifícios históricos preservados na sua integridade, ou seja, aquilo que se pode, por convenção, designar “património arquitectónico”) são as que justificam a sua autonomização na orgânica do Estado e, mais concretamente, de um Ministério da Cultura.

⁹ Intitulado “Arqueologia portuguesa: algumas reflexões para um diagnóstico e uma estratégia”. V. a reprodução deste texto no presente volume (“Vária”).

Aos interessados nestas questões permitimo-nos ainda recomendar a leitura: da transcrição da mesa-redonda “A Situação da Arqueologia Portuguesa e o Papel dos Jovens”, revista *Arqueologia*, Porto, GEAP, n.º 11, Junho de 1985, pp. 154-181; dos depoimentos prestados por um conjunto de arqueólogos à revista *Vértice*, vol. 18, Set. 1989, pp. 81-112; do texto de VOJ “Arqueologia em Portugal: algumas reflexões”, *Ler História*, vol. 21, 1991, pp. 16-23; dos vários volumes da revista *Al-madan*, nos quais se têm abordado importantes problemas deste domínio; e do livro recente de Luís Raposo e António Carlos Silva, *A Linguagem das Coisas. Ensaio e Crónicas de Arqueologia*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1996. De um ponto de vista mais teórico, é de assinalar o livro de Jorge de Alarcão, *Para Uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1996. Realmente, se há algo de que se não pode acusar os arqueólogos portugueses é de não promoverem o debate em torno das questões (teóricas, metodológicas, organizativas) que lhes interessam e que também importam à comunidade.

O património arqueológico só faz sentido adentro de uma estratégia de “desenvolvimento” participada e ajustada à pluralidade dos “valores” do território — todo o território —, entendido não como um espaço abstracto e indiferenciado, mas como um conjunto de valências múltiplas em permanente reequacionamento, como uma realidade habitada por pessoas concretas, portadoras de projectos entendidos como instrumentos de articulação de um passado e de um futuro.

Sendo a sociedade industrializada possuidora de uma tecnologia com capacidade para transformar radicalmente o meio-ambiente, em nome de objectivos de “conforto” que tendem a generalizar-se, a Arqueologia tem de dar prioridade, no contexto do planeamento do território, a acções de carácter preventivo. Em função de uma noção teórica de “património arqueológico”, trata-se, na prática, de definir, a partir de um número de elementos de decisão o mais amplo possível, o que se pode destruir e o que tem de se conservar. Esse limite não pode estabelecer-se de uma vez por todas, mas é negociado em conjunção com todos os intervenientes nas modificações “impostas” ao meio.

Os “bens arqueológicos” devem ser seriamente considerados nos planos de desenvolvimento regional e planos directores municipais, sendo aconselhável criar a figura de “estudo de impacto patrimonial” com particular atenção ao património arqueológico.

O máximo conhecimento possível em cada momento, e a atitude preventiva a que se aludiu, nunca impedirão o aparecimento, inesperado, de casos excepcionais ou de emergência, pelo que a actividade arqueológica tem de ser dotada de meios operacionais de intervenção regional e local, leves e flexíveis, mas rápidos e eficazes.

Não alijando as suas responsabilidades, o Estado é apenas um elemento regulador desta actividade, evitando qualquer intenção centralizadora ou hegemónica; não é possível, nem desejável, levar a efeito uma política arqueológica sem o envolvimento, progressivo, de toda a população, pelo que o elemento educativo e de sensibilização das pessoas (a todos os níveis e em todas as instâncias) são fundamentais.

As responsabilidades e atribuições de um organismo coordenador da Arqueologia portuguesa terão de se balizar, por um lado, pelas competências próprias das autarquias (e das regiões administrativas quando estas forem criadas), por outro, pela autonomia de organismos coordenadores da investigação científica (como aquele que sucederá à JNICT) e das unidades integradas em instituições de Ensino Superior e, finalmente, pelas responsabilidades de outros organismos do Estado que intervêm no planeamento e ordenamento do território, assim influenciando, directa ou indirectamente, nos bens arqueológicos.

De qualquer modo, seja qual for o caminho e o ritmo que o processo de regionalização tomar, as autarquias terão sempre um papel fundamental na

implementação de uma política arqueológica que esteja próxima, e envolva, as populações.

Por outro lado, já a um nível de cúpula, e dado o mencionado carácter transversal da actividade arqueológica, e a necessidade do seu planeamento a médio prazo, com intervenção de numerosos agentes de desenvolvimento, entendemos que é desejável a criação, na dependência do Ministro da Cultura, de um Conselho Superior de Arqueologia (ou de um Conselho Superior de Património, com uma secção de Arqueologia), com carácter consultivo.

Certamente que em Arqueologia (como noutros sectores da vida nacional), é fundamental o estabelecimento, a todos os níveis, de estruturas “leves” e maleáveis, burocratizadas ao mínimo, incrementando-se a participação dos indivíduos e fomentando o espírito concorrencial, através da abertura de concursos públicos a que possam apresentar-se pessoas ou empresas.

Por outro lado é indispensável articular, por meio de protocolos, por ex., investigação “fundamental” e “aplicada”, mostrando ser essa uma falsa dicotomia. A Arqueologia ou é uma pesquisa científica consequente, articulada desde o início com o desenvolvimento das regiões e capaz de produzir “bens culturais consumíveis”, ou seja, reconhecida como “parceira” por outras actividades de criação cultural e de “produção do território”, e entendida pelo público, ou continuará a ser um “ghetto” onde o saber e o poder de o levar à prática estão desfasados.

Finalmente, a descentralização desejável da actividade arqueológica deve articular-se com uma estratégia global clara que articule transversalmente diferentes organismos e capacidades, poupando meios e evitando a multiplicação descoordenada de esforços e de iniciativas. É óbvia a necessidade de planificar e executar a política arqueológica em concertação com áreas como as do Ambiente, do Ordenamento e Planeamento do Território, da Educação, da Investigação Científica, do Turismo, da Juventude, etc., etc.

Um dos objectivos fundamentais de um organismo coordenador da gestão dos bens arqueológicos é o estabelecimento de uma Base de Dados da Arqueologia Portuguesa. Trata-se de um ficheiro informatizado de todos os bens arqueológicos móveis e imóveis encontrados no nosso território, realizado em articulação com um SIG (Sistema de Informação Geográfica) adaptado à Arqueologia. Tal ficheiro, resultante de um inventário a cargo de um serviço permanente, e em actualização constante, permitirá a rápida localização cartográfica de qualquer dado pertinente, mesmo que já desaparecido ou recém-descoberto, e conterá imagens indispensáveis à perfeita caracterização do respectivo conteúdo.

A actuação sobre o património arqueológico assim inventariado deve basear-se numa rigorosa distinção de prioridades.

De facto, o património arqueológico deve tornar-se um elemento permanente

de educação pública, em íntima imbricação com a valorização da paisagem e com a constituição de centros de acolhimento/explicação, museus de sítio, exposições, etc., etc. Isso implica que a conservação e a valorização dos sítios, ou seja, a sua manutenção como bens “consumíveis”, sejam incorporadas, desde o início, em qualquer acção a efectuar, incluindo a respectiva avaliação de custos, que poderão ser suportados por um leque alargado de fontes, públicas e privadas.

A par da Lei Orgânica que criará formalmente o Instituto Português de Arqueologia, será importante dotar o país de um conjunto de instrumentos legislativos indispensável ao bom funcionamento desta actividade.

A prioridade das prioridades deverá ser, sem dúvida, a Lei de Bases do Património Cultural — sua revisão e regulamentação — e um decreto-lei que regule, em particular, a actividade arqueológica, tanto em terra como no mar (superando assim, simultaneamente, a portaria de 1978 e a Lei de 1993).

A seguir, ou simultaneamente, deverá ser implementado um novo regulamento dos trabalhos arqueológicos plurianuais, ou seja, um novo modo de articulação do Ministério da Cultura com a comunidade arqueológica, baseada em concursos e na avaliação de projectos por júris independentes.

Depois, será importante implementar programas editoriais que permitam uma rápida e eficaz circulação da informação, estimulando iniciativas locais e de unidades de investigação, e promover o apoio a jovens arqueólogos, e a associações em que estes, e os mais velhos, encontrem um ambiente próprio ao desenvolvimento de uma actividade que já não se compadece com o individualismo e o espírito “de paróquia” tradicionais.

Em todas estas frentes, e num espírito de diálogo e de abertura à comunidade, a C.I. do IPA desenvolveu trabalho e deixou documentos que, certamente, poderão ser muito melhorados, mas que não serão, decerto, olvidados, para que o nosso país não continue a ser, neste sector, um “projecto” permanentemente adiado. Tanto mais que a proposta agora esboçada já não é da autoria, apenas, da C.I., mas constitui, verdadeiramente, um projecto partilhado. Essa continuidade entre o labor efectuado e o que se lhe seguir é importante para que cada fase de trabalho de reestruturação não pareça corresponder a um novo começo a partir da “estaca zero”, como se, para trás, não houvesse todo um espólio, todo um capital acumulado, de raciocínio e esforço, de investimento em tempo e em inteligência, bens que deveriam ser considerados preciosos, neste tempo em que tanto se fala de património.

Porto e Tomar, Novembro de 1996.